

# Secretaria de Estado da Fazenda

Concurso Público

Edital SEF nº 001/2010



# Caderno de Prova



25 de abril



das 9 às 12 h



3 horas \*

**P2**

**Prova 2**



**Confira o número que você obteve no ato da inscrição com o que está indicado no cartão-resposta.**

\* A duração da prova inclui o tempo para o preenchimento do cartão-resposta.

## Instruções

Para fazer a prova você usará:

- este **caderno de prova**;
- um **cartão-resposta** que contém o seu nome, número de inscrição e espaço para assinatura.

Verifique, no caderno de prova, se:

- faltam folhas e a sequência de 60 questões está correta.
- há imperfeições gráficas que possam causar dúvidas.

**Comunique imediatamente ao fiscal qualquer irregularidade.**

## Atenção!

- Não é permitido qualquer tipo de consulta durante a realização da prova.
- Para cada questão são apresentadas 5 (cinco) alternativas diferentes de respostas (a, b, c, d, e). Apenas uma delas constitui a resposta correta em relação ao enunciado da questão.
- A interpretação das questões é parte integrante da prova, não sendo permitidas perguntas aos fiscais.
- Não destaque folhas da prova.

Ao terminar a prova, entregue ao fiscal o caderno de prova completo e o cartão-resposta devidamente preenchido e assinado.

O gabarito será divulgado em: <http://afresef.fepese.ufsc.br>



# Prova 2

(60 questões)

## Direito Constitucional

(15 questões)

1. Com respeito ao modelo constitucional brasileiro, é **correto** afirmar:

- a. ( ) Cidadania e dignidade da pessoa são princípios relativos à existência do Estado de Direito.
- b. (X) Os Direitos Fundamentais assumem a configuração normativa geral de princípios constitucionais.
- c. ( ) Princípios político-constitucionais são decisões jurídicas fundamentais dependentes de regras.
- d. ( ) Soberania e Estado Democrático de Direito são princípios relativos à forma de governo estatal.
- e. ( ) República e separação dos poderes são princípios relativos à forma, à estrutura e ao tipo de Estado de Direito.

2. Com respeito ao modelo constitucional brasileiro, é **correto** afirmar:

- a. (X) O princípio da divisão de poderes é um princípio geral do Direito Constitucional.
- b. ( ) Os princípios *jusfundamentais* são normas insuscetíveis de restrição ou maleabilidade
- c. ( ) A ponderação é um procedimento de sopesamento de regras constitucionais em colisão.
- d. ( ) As garantias constitucionais destinam-se a regulamentar os princípios *jusfundamentais*.
- e. ( ) Normas e regras são espécies do gênero princípio constitucional, segundo as teorias ponderacionistas sobre princípios constitucionais.

3. Com respeito ao modelo constitucional brasileiro, é **correto** afirmar:

- a. ( ) O conceito de constituição dogmática é conexo com o de constituição não escrita.
- b. ( ) Constituição não escrita é aquela carente de qualquer norma positivada que defina o que é ou não é constitucional
- c. ( ) As constituições cesaristas também podem ser designadas como populares ou revolucionárias.
- d. ( ) Rígida é a constituição que somente é alterável mediante procedimentos formais iguais aos das leis.
- e. (X) A Constituição formal é o modo peculiar de existir do Estado, reduzido sob forma escrita, a um documento solenemente estabelecido pelo poder constituinte.

4. Com respeito ao modelo constitucional brasileiro, é **correto** afirmar:

- a. ( ) Normas constitucionais de eficácia limitada podem, apenas, ser restringidas por leis ou atos normativos.
- b. ( ) Normas de eficácia plena são as que determinam a criação de novas instituições públicas.
- c. ( ) Normas programáticas são aquelas cujo conteúdo remete-se a direitos fundamentais de primeira dimensão.
- d. (X) Normas constitucionais de eficácia contida são de aplicabilidade direta e imediata, podendo ser restringidas por norma ulterior.
- e. ( ) Políticas públicas são normatizadas por normas de eficácia contida.

## Concurso Público

5. Com respeito ao modelo constitucional brasileiro, é **correto** afirmar:

- a. ( ) As normas constitucionais que conferem isenções, imunidades ou prerrogativas são típicas normas de eficácia limitada.
  - b. ( ) Quando a norma infraconstitucional ajusta-se aos preceitos da constituição, sua validade é formal.
  - c. (X) Normas constitucionais que contenham vedações ou proibições são típicas normas de eficácia plena.
  - d. ( ) Normas constitucionais que não indiquem processo especial de elaboração são de eficácia contida.
  - e. ( ) As normas de eficácia limitada não podem incidir nos limites da sua eficácia traçada pela Constituição.
- 

6. Com respeito ao modelo constitucional brasileiro, é **correto** afirmar:

- a. (X) As normas programáticas, por serem princípios, também possuem eficácia interpretativa.
- b. ( ) O legislador não pode ser destinatário imediato de normas programáticas
- c. ( ) As normas programáticas não podem tratar de matéria atinente a políticas públicas.
- d. ( ) Os direitos fundamentais de segunda dimensão não podem ser objeto de normas programáticas.
- e. ( ) A eficácia ab-rogativa das normas programáticas não impede que legislação ulterior restrinja algum direito subjetivo por elas consagrado.

7. Com respeito ao modelo constitucional brasileiro, é **correto** afirmar:

- a. ( ) A interpretação autêntica é aquela realizada de maneira uniforme pelos tribunais.
  - b. (X) A interpretação constitucional pode se classificada, tradicionalmente, em autêntica, jurisprudencial ou doutrinária.
  - c. ( ) O método sistemático é típico exemplo de interpretação constitucional autêntica.
  - d. ( ) O método teleológico de interpretação é o que busca garantir a coerência dos diversos dispositivos do texto normativo.
  - e. ( ) O método sistemático de interpretação consiste na análise pormenorizada de cada palavra e etimologia do texto normativo.
- 

8. Com respeito ao modelo constitucional brasileiro, é **correto** afirmar:

- a. ( ) No controle difuso de constitucionalidade, cabe ao Supremo Tribunal Federal apreciar o recurso especial.
- b. ( ) No controle concentrado de constitucionalidade, a decisão acolhida possui efeitos *erga omnes* mas não vinculantes.
- c. ( ) A Constituição Brasileira prevê expressamente a edição de lei regulamentadora das ações diretas de inconstitucionalidade
- d. ( ) Por disposição principiológica geral, as decisões de inconstitucionalidade abstrata de leis não geram efeito repristinatório.
- e. (X) O Supremo Tribunal Federal realiza o controle difuso e concentrado da constitucionalidade das leis.

9. Com respeito ao modelo constitucional brasileiro, é **correto** afirmar:

- a. ( ) A declaração de inconstitucionalidade *in abstracto* torna inaplicável a legislação anterior revogada pela norma impugnada.
  - b. ( ) A declaração de inconstitucionalidade *in abstracto* não possui efeito vinculante para os órgãos do Poder Judiciário.
  - c. ( ) O controle em tese da constitucionalidade de leis opera pela via difusa.
  - d. (X) A declaração de inconstitucionalidade *in abstracto* de lei, no modelo brasileiro, possui caráter retroativo.
  - e. ( ) O Supremo Tribunal Federal não pode apreciar pedido de medida cautelar nas ações diretas de inconstitucionalidade.
- 

10. Com respeito ao modelo constitucional brasileiro, é **correto** afirmar:

- a. ( ) A competência para propositura de ação direta de inconstitucionalidade estende-se ao Chefe do Poder Executivo Municipal .
- b. ( ) O Procurador Geral da República pode propor apenas a ação direta de inconstitucionalidade, não podendo propor ação declaratória de constitucionalidade.
- c. (X) O Supremo Tribunal Federal pode apreciar ação direta de inconstitucionalidade de ato normativo estadual.
- d. ( ) O Procurador Geral da República poderá, discricionariamente, ser ouvido nas ações de inconstitucionalidade.
- e. ( ) O cancelamento de súmula não poderá ser provocado por quem pode propor ação direta de inconstitucionalidade.

11. Com respeito ao modelo constitucional brasileiro, é **correto** afirmar:

- a. ( ) A União pode instituir isenções de tributos de competência dos Estados membros
  - b. ( ) Impostos de transmissão *causa mortis* e doação são de competência dos municípios.
  - c. ( ) A União, mediante lei ordinária, poderá instituir empréstimos compulsórios.
  - d. ( ) Qualquer subsídio ou isenção tributária somente pode ser concedido mediante lei complementar federal.
  - e. (X) A definição de tratamento diferenciado para microempresas é de competência de lei complementar.
- 

12. Com respeito ao modelo constitucional brasileiro, é **correto** afirmar:

- a. ( ) Apenas à União é vedado recusar fé a documentos públicos.
  - b. (X) Territórios Federais integram a União e sua criação ou transformação em Estado serão reguladas por lei complementar.
  - c. ( ) Aos Estados é vedado, em qualquer hipótese, incorporar-se entre si ou subdividir-se
  - d. ( ) Embora os Municípios integrem a República Federativa do Brasil, eles não possuem status de ente federativo.
  - e. ( ) O mar territorial é exemplo de bem público pertencente a Estados-membros.
- 

13. Com respeito ao modelo constitucional brasileiro, é **correto** afirmar:

- a. ( ) A responsabilidade civil por danos nucleares depende da existência de dolo ou culpa.
- b. ( ) É de competência comum entre os entes federados legislar sobre trânsito e transporte.
- c. (X) É de competência privativa da União legislar sobre comércio exterior e interestadual.
- d. ( ) É de competência concorrente dos entes federativos legislar sobre telecomunicações e radiodifusão.
- e. ( ) Incluem-se, dentre os bens dos Estados-membros, os recursos minerais, inclusive os do subsolo.

## Concurso Público

14. Com respeito ao modelo constitucional brasileiro, é **correto** afirmar:

- a. ( ) Os subsídios do governador do Estado serão fixados por lei de iniciativa do Executivo estadual.
- b. ( ) Compete à União, exclusivamente, legislar sobre direito tributário e financeiro
- c. ( ) É de competência comum dos entes federados legislar sobre águas e energia.
- d. (X) Compete aos Municípios suprimir distritos, observada a legislação estadual.
- e. ( ) Incluem-se, entre os bens dos Estados, os potenciais de energia hidráulica.

---

15. Com respeito ao modelo constitucional brasileiro, é **correto** afirmar:

- a. (X) A função social da propriedade é um dos princípios informadores da Ordem Econômica da Constituição Federal.
- b. ( ) A remessa de lucros somente pode ser prevista por norma constitucional, sendo insuscetível de regulação infraconstitucional.
- c. ( ) A prestação direta de serviços públicos é atividade indelegável do Estado brasileiro.
- d. ( ) A exploração direta de atividade econômica é vedada ao Estado, exceto em casos de guerra ou calamidade pública.
- e. ( ) As empresas públicas e sociedades de economia mista poderão gozar de privilégios fiscais não extensíveis às empresas privadas.

## Direito Administrativo

(10 questões)

16. Quanto aos princípios constitucionais da Administração Pública, é **correto** afirmar:

- a. ( ) O princípio da prevalência do interesse público sobre o particular é exemplo de norma constitucional explícita.
- b. ( ) A atividade administrativa estatal não se subordina a quaisquer parâmetros legalistas *stricto sensu* e sim principiológicos.
- c. ( ) O princípio constitucional da eficiência equipara a atuação Administração Pública aos parâmetros de atuação da iniciativa privada.
- d. (X) A conflituosidade é insita à natureza dos princípios, o que levou o constituinte a positivar valores que se chocam entre si.
- e. ( ) O princípio constitucional da impessoalidade é insuscetível de mitigação, mesmo em casos de comprometimento da segurança nacional.

---

17. Quanto aos Poderes administrativos, é **correto** afirmar:

- a. ( ) O Poder Disciplinar é poder punitivo administrativo incidente em âmbito externo à Administração Pública.
- b. (X) O Poder de Polícia Administrativa tem caráter de fiscalização e eventual restrição de liberdades públicas.
- c. ( ) O Poder Regulamentar se manifesta através de atos administrativo de efeito concreto.
- d. ( ) O Poder Discricionário da Administração Pública admite controle jurisdicional somente quando for ilegal ou politicamente inoportuno o ato.
- e. ( ) O Poder Vinculado somente admite controle jurisdicional quanto ao seu mérito do ato administrativo.

**18.** Quanto aos Poderes administrativos, é **correto** afirmar:

- a. ( ) A relação de poder entre a Administração Direta e Administração Indireta é tipicamente hierárquica.
  - b. ( ) O Poder de Polícia Administrativa se exerce sempre através da Polícia Judiciária.
  - c. ( ) A vinculação à lei é prescindível no exercício do Poder Discricionário.
  - d. ( ) O juízo de conveniência e oportunidade pauta o exercício do Poder Vinculado.
  - e. (X) A avocação de atos administrativos de subordinado e a revisão destes é típica manifestação do Poder Hierárquico.
- 

**19.** Quanto aos atos administrativos, é **correto** afirmar:

- a. (X) Os atos administrativos são declarações do Estado ou de quem lhe faça as vezes.
  - b. ( ) Os atos administrativos prescindem de norma jurídica para assegurar ou criar direito novo.
  - c. ( ) Atos administrativos normativos são típicos exemplos de atos de efeito concreto.
  - d. ( ) Os atos administrativos se equiparam hierarquicamente à lei *stricto sensu*.
  - e. ( ) Somente os atos administrativos normativos se equiparam hierarquicamente à lei *stricto sensu*.
- 

**20.** Quanto aos atos administrativos, é **correto** afirmar:

- a. ( ) A Portaria é sempre ato administrativo de caráter normativo.
  - b. ( ) O Decreto é sempre ato administrativo de efeito concreto.
  - c. ( ) Os atos administrativos somente podem ser expedidos pela Administração Pública.
  - d. (X) Portarias e Decretos são típicos veículos ou módulos de expedição de atos administrativos de conteúdo material.
  - e. ( ) Os atos administrativos negociais, como a permissão, independem, para serem expedidos, da manifestação do particular.
- 

**21.** Quanto aos atos administrativos, é **correto** afirmar:

- a. (X) Quanto aos seus destinatários, o ato administrativo pode ser geral ou individual.
  - b. ( ) Quanto ao seu âmbito de incidência, os atos administrativos podem ser unilaterais ou bilaterais.
  - c. ( ) Os atos de expediente são aqueles destinados a fornecer subsídios a uma decisão, tais como os pareceres técnicos e portarias.
  - d. ( ) São atos simples aqueles em que a vontade da Administração se conjuga em dois órgãos independentes.
  - e. ( ) Generalidade e abstração são atributos típicos dos atos administrativos de efeito concreto.
- 

**22.** Quanto aos atos administrativos, é **correto** afirmar:

- a. ( ) Ao contrário dos atos jurídicos entre particulares, o ato administrativo é insuscetível de convalidação.
  - b. ( ) A convalidação é o suprimento de validade do ato ilegal, com efeitos *ex nunc*.
  - c. (X) Os atos administrativos podem, em virtude de lei, ser anulados pela própria Administração Pública quando eivados de ilegalidade.
  - d. ( ) A revogação do ato administrativo opera efeitos *ex tunc*.
  - e. ( ) A nulidade do ato administrativo decorre da sua revogação.
- 

**23.** Quanto às normas constitucionais sobre a Administração Pública, é **correto** afirmar:

- a. ( ) O prazo de validade do concurso público será de dois anos, prorrogável por um ano.
- b. (X) O direito de greve dos servidores públicos será definido em lei específica.
- c. ( ) Os vencimentos dos cargos do Poder Executivo e Judiciário não poderão ser superiores aos do Poder Legislativo.
- d. ( ) Independe de autorização legislativa a criação de subsidiárias de empresas estatais.
- e. ( ) Extinto o cargo público, o servidor estável ficará em disponibilidade com remuneração integral.

**24.** Quanto aos contratos administrativos, é **correto** afirmar:

- a. ( ) As Cláusulas Exorbitantes constituem ilegalidades no contrato administrativo.
- b. ( ) A rescisão unilateral, pelo Poder Público, do contrato administrativo depende de manifestação judicial prévia.
- c. ( ) A Administração Pública decide discricionariamente sobre a fiscalização da execução dos contratos administrativos.
- d. (X) São destinados a criar, modificar ou extinguir direitos e obrigações tal como facultado legislativamente.
- e. ( ) A equação econômico-financeira não pode dar causa à revisão do contrato administrativo.

---

**25.** De acordo com a Lei 6.745/85, é **correto** afirmar:

- a. (X) As normas gerais para realização de concursos serão estabelecidas em regulamento.
- b. ( ) A posse é ato pelo qual o nomeado em cargo público entra imediatamente em exercício.
- c. ( ) Homologado o concurso, será expedido certificado de habilitação com validade para três anos.
- d. ( ) A posse em cargo comissionado prescinde de prévio exame de saúde, a critério da autoridade que nomeia.
- e. ( ) O limite máximo de idade para provimento, aplica-se ao funcionário público do Estado ocupante de cargo efetivo.

**26.** Assinale a alternativa **correta**.

- a. ( ) A natureza jurídica específica do tributo é determinada pelo fato gerador da respectiva obrigação, sendo relevante igualmente, conforme o Código Tributário Nacional, a destinação legal do produto de sua arrecadação.
- b. (X) Tributo, nos termos do CTN, é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitui sanção de ato ilícito, instituída em lei, e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.
- c. ( ) O Empréstimo Compulsório, conforme a Constituição Federal, pode ser instituído pela União e pelos Estados membros da Federação, nesse caso desde que a Constituição estadual fixe sua competência.
- d. ( ) Com a redação do art.145, III, CF, o critério da valorização deixou de ser importante para caracterizar o aspecto material da hipótese de incidência da Contribuição de Melhoria, sendo esta a orientação majoritária da doutrina e jurisprudência nacionais.
- e. ( ) O costume não pode ser fonte primária ou secundária de direito tributário, eis que, de acordo com o princípio da legalidade tributária, o tributo somente pode ser instituído ou aumentado por lei, ato formal e materialmente emanado do Poder Legislativo.

---

**27.** Assinale a alternativa **correta**.

- a. (X) O princípio da progressividade aplica-se, conforme a Constituição Federal, ao IR, ITR e IPTU.
- b. ( ) A seletividade, nos estritos termos constitucionais, deve ser observada apenas pelo ITR e IPTU.
- c. ( ) Nos impostos pessoais, a formação da base de cálculo prescinde de aspectos pessoais relativos ao contribuinte.
- d. ( ) O IRPF é imposto proporcional, visto que sua tabela contempla apenas uma faixa de isenção e quatro alíquotas, de 7,5, 15, 22,5 e 27,5%.
- e. ( ) O Empréstimo Compulsório criado em caso de calamidade pública não pode ser cobrado no mesmo exercício financeiro em que tenha sido publicada a lei que o instituiu.



**28. Assinale a alternativa correta.**

- a. ( ) A competência tributária é indelegável, salvo a exceção constante do art. 149, § 1º, CF, no que se refere à possibilidade de os Municípios instituírem contribuição previdenciária.
- b. ( ) A Contribuição de Melhoria é tributo privativo dos Municípios, sendo excepcionalmente instituído pelo DF, conforme art. 147, CF.
- c. (X) Medida Provisória, nos termos do art. 62, § 2º, CF, pode instituir ou aumentar impostos, e só terá eficácia no exercício seguinte se for convertida em lei até o final do exercício em que for publicada.
- d. ( ) Impostos indiretos não podem ser repercutidos, isto é, o contribuinte os recolhe e suporta a carga tributária, sem possibilidade de transferi-la para o comprador de seu produto.
- e. ( ) A COSIP, Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública, pode ser instituída pelos Estados, Distrito Federal e também pelos Municípios.

---

**29. Assinale a alternativa incorreta.**

- a. ( ) Conforme o CTN, a revogação de uma lei concessiva de isenção implica a cobrança do tributo apenas no exercício financeiro seguinte, devendo ser aplicado, in casu, o princípio da anterioridade tributária, observado o art.178, CTN.
- b. ( ) Imposto é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte.
- c. ( ) A competência para instituir impostos estaduais, nos Territórios Federais, pertence à União, e se os mesmos não forem divididos em Municípios, cabe ainda à União instituí-los.
- d. ( ) O não exercício da competência tributária não a defere a pessoa jurídica de direito público diversa daquela a que a Constituição tenha atribuído.
- e. (X) Uma lei tributária catarinense não pode, sob hipótese alguma, ser aplicada no território do Estado de São Paulo, mas pode, eventualmente, exercer jurisdição no território paranaense.

**30. Assinale a alternativa correta.**

- a. ( ) O Poder Executivo pode, conforme ditame constitucional, nas condições e limites fixados em lei, alterar as alíquotas ou as bases de cálculo do Imposto sobre a Importação, a fim de ajustá-lo aos objetivos da política cambial e do comércio exterior.
- b. (X) A base de cálculo do Imposto sobre a Exportação, quando a alíquota seja *ad valorem*, é o preço normal que o produto, ou seu similar, alcançaria, ao tempo da exportação, em uma venda em condições de livre concorrência.
- c. ( ) O Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis, o Inter Vivos, de competência dos Estados, tem como fato gerador a transmissão da propriedade ou do domínio útil de bens imóveis, por natureza ou por acessão física, como definidos na lei civil.
- d. ( ) O Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza tem como fato gerador a aquisição da disponibilidade econômica ou jurídica de renda, entendida esta apenas como o produto do trabalho, assalariado ou autônomo.
- e. ( ) O contribuinte do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis, segundo o Código Tributário Nacional, é o comprador do imóvel, excluída a possibilidade de a lei eleger o vendedor como sujeito passivo de tal obrigação tributária.

## Concurso Público

### 31. Assinale a alternativa **correta**.

- a. ( ) O artigo 5º, CF, abarca um conjunto de princípios e regras sem qualquer repercussão no direito tributário, visto tratar dos Direitos e Garantias Individuais e Coletivos, matéria irrelevante no citado ramo jurídico.
- b. ( ) A base de cálculo do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza é o montante, real ou arbitrado da renda ou dos proventos tributáveis, excluída a possibilidade de eleição do lucro presumido como base de cálculo do imposto.
- c. (X) As obrigações acessórias são encargos ou deveres administrativos, impostos ao sujeito passivo da obrigação tributária e podem ser fixadas também por normas complementares, tais como Instrução Normativa, Circulares ou Portarias.
- d. ( ) No caso do Imposto de Renda, é correto afirmar que sua incidência independe da denominação da receita ou do rendimento, da localização ou condição jurídica da fonte, mas está sujeita à nacionalidade desta, origem e forma de percepção, em função de acordos de que o Brasil faça parte.
- e. ( ) Encargos cambiais pagos pelo importador não podem compor a base de cálculo do IPI, em operações com produtos industrializados importados, sendo a mesma composta apenas pelo valor da importação, acrescida do Imposto de Importação e demais taxas exigidas para entrada do produto no país.

### 32. Assinale a alternativa **correta**.

- a. ( ) Em relação ao IPVA, é possível afirmar que é um imposto progressivo, eis que possui diferentes alíquotas, as quais incidem sobre aeronaves (0,5%).embarcações e veículos terrestres de duas rodas (1%) e veículos terrestres de passeio e utilitários, nacionais e estrangeiros (2%).
- b. ( ) Do produto da arrecadação do IPVA, 50% serão destinados ao município em que estiver registrado, matriculado ou licenciado o veículo, acrescidos de quaisquer valores acessórios ao principal, com exceção das penalidades de natureza pecuniária.
- c. ( ) Em relação ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), está correto afirmar que o mesmo está regulado nos artigos 71 a 73 do CTN, e regulamentado pela Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003.
- d. (X) O IPVA tem como fato gerador a propriedade, plena ou não, de veículos automotores de qualquer espécie, sendo que considera-se ocorrido o fato gerador, em relação a veículos adquiridos ou desembarçados em anos anteriores, no dia 1º de janeiro de cada ano.
- e. ( ) Nos termos do artigo 66 do CTN, contribuinte do Imposto sobre Operações Financeiras deverá ser sempre o tomador do empréstimo, vedada a atribuição da sujeição passiva à instituição credora da operação de crédito realizada.

**33. Assinale a alternativa correta.**

- a. ( ) Somente por convênios poderá ser efetuada redução da base de cálculo do ICMS, ou concedida devolução total ou parcial, direta ou indireta, condicionada ou não, do tributo, ao contribuinte, a responsável ou a terceiros, não se aplicando tal regra à concessão de créditos presumidos.
- b. ( ) Quaisquer outros incentivos ou favores fiscais ou financeiro-fiscais, concedidos com base no Imposto de Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços, dos quais resulte apenas redução, direta ou indireta, do respectivo ônus, poderão ser concedidos através de regulamento estadual, desnecessária a celebração de convênio para tal fim.
- c. ( ) O imposto sobre produtos industrializados tem como fato gerador, conforme dispõe o CTN, tão somente o seu desembaraço aduaneiro, quando de procedência estrangeira e a sua saída dos estabelecimentos importador, industrial ou comerciante.
- d. ( ) A concessão dos benefícios previstos no art. 1º da LC 24/75 dependerá sempre de decisão unânime dos Estados representados, mas sua revogação total ou parcial dependerá de aprovação de três quintos, pelo menos, dos representantes presentes.
- e. (X) As isenções do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e prestação de serviços serão concedidas ou revogadas nos termos de convênios celebrados e ratificados pelos Estados e pelo Distrito Federal, segundo o disposto na Lei Complementar nº 24/75.

**34. Assinale a alternativa incorreta.**

- a. (X) A taxa, conforme determinação do Código Tributário Nacional, não pode ter base de cálculo ou fato gerador idênticos aos que correspondam a impostos, mas pode ser calculada em função do capital das empresas.
- b. ( ) É imune aos impostos a instituição de educação sem fins lucrativos, que não distribua qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título, aplique integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais e mantenha escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.
- c. ( ) Contribuinte do imposto sobre a importação de produtos estrangeiros é o importador ou quem a lei a ele equiparar, bem como o arrematante de produtos apreendidos ou abandonados.
- d. ( ) O imposto, de competência dos Municípios, sobre a propriedade predial e territorial urbana tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel por natureza ou por acessão física, como definido na lei civil, localizado na zona urbana do Município.
- e. ( ) Para fins de IPTU, a lei municipal pode considerar urbanas as áreas urbanizáveis, ou de expansão urbana, constantes de loteamentos aprovados pelos órgãos competentes, destinados à habitação, à indústria ou ao comércio, mesmo que localizados fora da zona definida como urbana pela lei municipal.

## Concurso Público

### 35. Assinale a alternativa **correta**.

- a. ( ) Ao Município é permitido, desde que haja deliberação da Assembléia Legislativa estadual, conceder qualquer dos benefícios relacionados no art. 1º da Lei Complementar nº 24/75, no que se refere à sua parcela na receita do ICMS.
- b. ( ) No que se refere às taxas de polícia, considera-se regular o exercício do poder de polícia, conforme dispõe o CTN, quando desempenhado pelo órgão competente nos limites da lei aplicável, com observância do processo legal e desde que mantida a regularidade no processo de fiscalização.
- c. (X) No que concerne ao Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza, é correto afirmar que a lei pode atribuir à fonte pagadora da renda ou dos proventos tributáveis a condição de responsável pelo imposto cuja retenção e recolhimento lhe caibam.
- d. ( ) Com relação às taxas de serviço, é correto afirmar, nos termos do art. 79, II e III, CTN, que os serviços específicos são os suscetíveis de utilização, separadamente, por parte de cada um dos seus usuários, e divisíveis, quando possam ser destacados em unidades autônomas de intervenção, de unidade, ou de necessidades públicas.
- e. ( ) A lei relativa à contribuição de melhoria observará, como requisitos mínimos, a publicação prévia do memorial descritivo do projeto, orçamento do custo da obra, determinação da parcela do custo da obra a ser financiada pela contribuição, sendo facultada a delimitação da zona beneficiada.

### 36. Assinale a alternativa **correta**.

- a. ( ) Os Municípios recebem 80% (oitenta por cento) da receita do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural arrecadada em seu território.
- b. ( ) Na iminência ou no caso de guerra externa, a União pode instituir, temporariamente, impostos extraordinários compreendidos entre aqueles previstos no sistema constitucional tributário, os quais deverão ser suprimidos, gradativamente, no prazo máximo de dez anos, contados da celebração da paz.
- c. ( ) A base de cálculo do IPI, no caso de saída de mercadoria de estabelecimento industrial, é o valor da operação de que decorrer a saída da mercadoria, mas na falta desse valor, o preço corrente da mercadoria, ou sua similar, no mercado varejista da praça do comprador.
- d. ( ) Para fins de recolhimento do IPI, aplica-se o chamado princípio da proporcionalidade, segundo o qual deve a lei dispor de forma que o montante devido resulte da diferença a maior, em determinado período, entre o imposto referente aos produtos saídos do estabelecimento e o pago relativamente aos produtos nele entrados.
- e. (X) Na instituição de Contribuição de Melhoria, a lei deverá fixar prazo, não inferior a 30 (trinta) dias, para impugnação, pelos interessados, de qualquer dos elementos referidos no artigo 82, I, do CTN.

**37. Assinale a alternativa correta.**

- a. ( ) Dispõe o artigo 148, CF, que somente a União pode instituir empréstimos compulsórios, em caso de guerra externa, ou sua iminência, calamidade pública que exija auxílio federal impossível de atender com os recursos orçamentários disponíveis, ou em caso de conjuntura que exija a absorção temporária de poder aquisitivo.
- b. (X) De acordo com o CTN, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios cobrar impostos sobre o patrimônio, a renda ou os serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, observados os requisitos fixados nos artigos 12 a 15 do Código.
- c. ( ) A lei instituidora de Empréstimo Compulsório deverá fixar obrigatoriamente o prazo do empréstimo, devendo as condições do resgate serem estabelecidas por ato do Poder Executivo, observando, no que for aplicável, o disposto no CTN.
- d. ( ) Quanto à imunidade recíproca referente aos serviços prestados por União, Estados e Municípios, podemos afirmar que a mesma se aplica igualmente aos serviços públicos concedidos, cujo tratamento tributário é estabelecido pelo poder concedente, no que se refere aos tributos de sua competência.
- e. ( ) Os serviços prestados pelas fundações mantidas pelos partidos políticos são os diretamente relacionados com os objetivos institucionais da entidade, previstos nos estatutos ou atos constitutivos, com as ressalvas previstas na legislação fundacional.

**38. Assinale a alternativa correta.**

- a. ( ) O imposto, de competência da União, sobre a exportação para o estrangeiro de produtos nacionais ou nacionalizados tem como fato gerador a saída destes do território nacional, salvo se forem exportados via Zonas de Processamento Especial.
- b. ( ) Quanto ao Imposto de Exportação, é correto afirmar que é vedado ao legislador adotar como base de cálculo a parcela do valor ou do preço da mercadoria, excedente de valor básico, fixado de acordo com os critérios e dentro dos limites por ela estabelecidos.
- c. ( ) O imposto sobre a propriedade territorial rural tem como fato gerador a propriedade, o domicílio útil ou a posse de imóvel por natureza, como definido na lei civil, localizado fora da zona urbana do Município, tendo como base do cálculo o valor de mercado do imóvel.
- d. ( ) Para efeito de IPTU, entende-se como zona urbana a definida em lei federal, observado o requisito mínimo da existência de melhoramentos indicados em pelo menos 3 (três) dos incisos do art.32, § 1º, CTN, construídos ou mantidos pelo Poder Público.
- e. (X) Conforme determina a Constituição Federal, com regulamentação do CTN, compete ao Distrito Federal e aos Estados não divididos em Municípios, instituir, cumulativamente, os impostos atribuídos aos Estados e aos Municípios.

## Concurso Público

### 39. Assinale a alternativa **incorreta**.

- a. ( ) A base de cálculo do IOF é, quanto às operações de crédito, o montante da obrigação, compreendendo o principal e os juros e quanto às operações de câmbio, o respectivo montante em moeda nacional, recebido, entregue ou posto à disposição.
- b. ( ) Contribuinte do Imposto de Renda é o titular da disponibilidade econômica ou jurídica da renda ou proventos de qualquer natureza, sem prejuízo de atribuir a lei essa condição ao possuidor, a qualquer título, dos bens produtores de renda ou dos proventos tributáveis.
- c. (X) Na determinação da base de cálculo do IPTU, deve ser considerado o valor dos bens móveis mantidos, em caráter permanente ou temporário, no imóvel, para efeito de sua utilização, exploração, aformoseamento ou comodidade.
- d. ( ) Contribuinte do Imposto sobre Produtos Industrializados é, nos termos do CTN, o importador ou quem a lei a ele equiparar, o industrial ou quem a lei a ele equiparar, o comerciante de produtos sujeitos ao imposto, que os forneça aos contribuintes industriais e o arrematante de produtos apreendidos ou abandonados, levados a leilão.
- e. ( ) Considera-se poder de polícia atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou a abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à, entre outros quesitos, segurança, disciplina da produção e do mercado e ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos.

### 40. Assinale a alternativa **correta**.

- a. ( ) Os impostos componentes do sistema constitucional tributário são apenas os que constam do Código Tributário Nacional (Lei 5.172/66), com as competências e limites nele previstas.
- b. (X) Um contrato de locação não pode servir de prova para eximir o proprietário do imóvel de sua responsabilidade como contribuinte do IPTU.
- c. ( ) De acordo com o vigente regime constitucional, a União, mediante lei especial, pode conceder isenção de tributos federais, estaduais e municipais.
- d. ( ) Um dos fatos geradores do Empréstimo Compulsório, de acordo com o artigo 148, CF, é o investimento público de caráter urgente e relevante interesse nacional.
- e. ( ) O contribuinte do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural é o proprietário do imóvel ou o titular de seu domínio útil, excluídos apenas os possuidores a qualquer título.

## Contabilidade

(20 questões)

### 41. O objeto da contabilidade é:

- a. (X) o patrimônio das entidades.
- b. ( ) a apuração do resultado das entidades.
- c. ( ) o planejamento contábil das entidades.
- d. ( ) o controle e o planejamento das entidades.
- e. ( ) o fornecimento de informações a seus usuários de modo geral.

### 42. São características qualitativas das demonstrações contábeis:

- a. ( ) relevância, tempestividade, confiabilidade, comparabilidade e neutralidade
- b. ( ) comparabilidade, continuidade, relevância, primazia da essência.
- c. ( ) materialidade, compreensibilidade, relevância, confiabilidade
- d. (X) compreensibilidade, relevância, confiabilidade, comparabilidade.
- e. ( ) confiabilidade, compreensibilidade, comparabilidade, integridade.

**Com os dados abaixo,  
responda às questões 43 a 46**

A Cia. Charrua encerra seus exercícios sociais em 30 de dezembro de cada ano. Seu Estatuto Social prevê uma única destinação do lucro líquido: 20% para dividendos, que sempre são pagos no exercício social imediatamente seguinte.

A Cia. Charrua negocia mercadorias. Na Demonstração do Resultado do Exercício de 2009 da Cia. Charrua, as **únicas** "despesas operacionais" foram: "despesas financeiras", no montante de \$ 270 e "despesas com vendas", no montante de \$ 1.712. Do lucro líquido de 2009, \$ 1.220 foram destinados para dividendos.

Durante 2009, a conta "Fornecedores de Mercadorias" foi debitada em \$ 5.974 por pagamentos efetuados pela Cia. Charrua aos seus fornecedores de quem comprou a prazo. Durante 2009, a Cia. Charrua comprou mercadorias à vista por \$ 5.626.

Durante 2009, a Cia. Charrua recebeu \$ 4.222 em decorrência de vendas à vista praticadas no ano. Durante 2009, a conta "Duplicatas a Receber" foi creditada em \$ 9.322, em virtude de recebimentos de clientes. Os saldos das seguintes contas constavam nos Balanços Patrimoniais da Cia. Charrua:

<b>no Balanço Patrimonial de</b>	<b>31/dez/08</b>	<b>31/dez/09</b>
Fornecedores de Mercadorias	\$ 1.626	\$ 2.682
Mercadorias	\$ 2.440	\$ 3.266
Duplicatas a Receber	\$ 2.810	\$ ??

**43.** Qual o valor das receitas decorrentes de "Vendas a Prazo" auferidas pela Cia. Charrua em 2009?

- a. ( ) \$ 13.182
- b. (X) \$ 15.690
- c. ( ) \$ 15.708
- d. ( ) \$ 19.912
- e. ( ) \$ 19.932

**44.** Indique qual o valor do lucro líquido do exercício de 2008 e da receita operacional bruta de 2009, da Cia. Charrua, respectivamente:

- a. ( ) \$ 6.100 e \$ 15.690.
- b. (X) \$ 6.100 e \$ 19.912.
- c. ( ) \$ 6.100 e \$ 19.932.
- d. ( ) \$ 7.000 e \$ 16.590.
- e. ( ) \$ 7.000 e \$ 20.812.

**45.** Indique qual o valor das compras a prazo de mercadorias e o valor do Custo das Mercadorias Vendidas, respectivamente, no exercício de 2009 da Cia. Charrua.

- a. ( ) \$ 1.666 e \$ 4.800
- b. ( ) \$ 5.706 e \$ 4.040
- c. ( ) \$ 5.830 e \$ 10.630
- d. ( ) \$ 6.400 e \$ 7.030
- e. (X) \$ 7.030 e \$ 11.830

**46.** Qual o valor total das despesas operacionais da Cia. Charrua no exercício de 2009 e qual o valor do Lucro Operacional Bruto?

- a. ( ) \$ 270 e \$ 6.370
- b. ( ) \$ 1.712 e \$ 7.812
- c. ( ) \$ 1.712 e \$ 12.882
- d. (X) \$ 1.982 e \$ 8.082
- e. ( ) \$ 1.982 e \$ 8.660

**Com os dados abaixo  
responda as questões 47 a 49**

No dia 27/dez/2009, os senhores José Carlos, Ernesto e André Luis resolveram constituir uma empresa com o nome de Cia. Pitoresca e decidiram que ela visaria o lucro por meio da compra e venda de roupas e de artigos de cama e mesa (toalhas, fronhas etc.). No próprio dia 27/dez/2009, cada um deles entregou os seguintes recursos para a constituição da empresa:

**Sr. José Carlos**

- dinheiro em moeda corrente, no valor de \$ 640
- 4 camisas idênticas, no valor de \$ 208 (\$ 52 cada uma)

**Sr. Ernesto**

- dinheiro em moeda corrente, no valor de \$ 370
- 7 lençóis idênticos, no valor de \$ 210 (\$ 30 cada uma)

**Sr. André Luis**

- 2 mesas para escritório, idênticas, no valor de \$ 172 (\$ 86 cada uma)
- 3 balcões para expor mercadorias, idênticos, no valor de \$ 300 (\$ 100 cada um)

No dia 28/dez/2009, a Cia. Pitoresca comprou 6 fronhas da Cia. Dorminhoca e esta cobrou \$ 60 pelas 6 fronhas. A Cia. Pitoresca pagou \$ 36 (com moeda corrente) e combinou pagar o restante no dia 30/jan/10.

No dia 29/dez/2009, o Sr. Alberto compareceu à Cia. Pitoresca e dela adquiriu as mercadorias abaixo relacionadas, pela quais a Cia. Pitoresca cobrou (do Sr. Alberto) os valores informados:

Mercadorias	Valor Unitário	Total
2 camisas	\$ 60	\$ 120
4 lençóis	\$ 46	\$ 184
2 fronhas	\$ 8	\$ 16
<b>Total</b>		<b>\$ 320</b>

O Sr. Alberto pagou \$ 184 no ato (com moeda corrente) e combinou pagar o restante no dia 15/jan/2010.

**47.** Quais os valores, respectivamente, do Ativo, do Passivo e do Patrimônio Líquido da Cia. Pitoresca, em 29/dez/09?

- a. ( ) \$ 1.852 ; \$ 42 ; \$ 1.810
- b. ( ) \$ 1.900 ; \$ 80 ; \$ 1.980
- c. ( ) \$ 1.924 ; \$ 24 ; \$ 1.900
- d. ( ) \$ 1.960 ; \$ 60 ; \$ 1.900
- e. (X) \$ 2.000 ; \$ 24 ; \$ 1.976

**48.** Qual o valor da conta Caixa da Cia. Pitoresca, em 29/dez/09?

- a. ( ) \$ 854
- b. ( ) \$ 1.010
- c. ( ) \$ 1.156
- d. (X) \$ 1.158
- e. ( ) \$ 1.194

**49.** Qual o valor do Ativo Não Circulante da Cia. Pitoresca, em 29/dez/09?

- a. (X) \$ 472
- b. ( ) \$ 608
- c. ( ) \$ 706
- d. ( ) \$ 842
- e. ( ) \$ 1.600

**50.** Dos gastos abaixo relacionados, para fins de Contabilidade de Custos, devem ser classificados como custos de produção os itens:

- a. ( ) material direto, perdas, ICMS, aluguel.
- b. ( ) matéria-prima consumida, mão-de-obra direta, honorários da diretoria.
- c. (X) seguro do prédio da fábrica, mão-de-obra indireta, material direto.
- d. ( ) honorários da diretoria, fretes e seguros da fábrica, mão-de-obra indireta.
- e. ( ) depreciação dos equipamentos de produção, matéria-prima consumida, telefone, salário da administração.



**51.** Dos gastos abaixo relacionados, para fins de Contabilidade de Custos, devem ser classificados como despesas os itens:

- a.  honorários da diretoria e fretes nas vendas.
- b.  honorários da diretoria, fretes e seguros da fábrica.
- c.  insumos de produção, telefone, salário da administração.
- d.  materiais diversos para manutenção da fábrica, perdas, salário da administração.
- e.  matéria-prima, mão-de-obra, honorários da diretoria.

---

**52.** A Cia. Fogo Eterno realizou as seguintes operações:

- 1. comprou mercadorias à vista por R\$ 600.000
- 2. comprou mercadorias à prazo por R\$ 200.000
- 3. vendeu mercadorias a vista no valor de R\$ 200.000 e a prazo no valor de R\$ 600.000

Considerando que o estoque inicial das mercadorias era de R\$ 240.000 e que após o registro dessas operações as mercadorias remanescentes foram avaliadas por R\$ 440.000, pergunta-se:

Qual o valor do CMV (Custo das Mercadorias Vendidas) e do Lucro Bruto da Cia. Fogo Eterno?

- a.  R\$ 240.000 e R\$ 1.040.000
- b.  R\$ 600.000 e R\$ zero
- c.  R\$ 600.000 e R\$ 200.000
- d.  R\$ 600.000 e R\$ 800.000
- e.  R\$ 800.000 e R\$ 200.000

---

**53.** Segundo a teoria materialista, as contas são classificadas em:

- a.  Materiais e imateriais.
- b.  Materiais e diferenciais
- c.  Patrimoniais e de resultado.
- d.  Contas ativas e resultado.
- e.  Integrais e diferenciais.

**54.** Analise as afirmativas abaixo e assinale com (V) as verdadeiras e (F) as falsas.

- O patrimônio é um conjunto de bens, direitos e obrigações com terceiros, à disposição de uma pessoa jurídica ou pessoa física, necessários ao atendimento de seus objetivos.
- Além de dar a conhecer os elementos formadores do lucro/prejuízo de um período (de um exercício social) a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) permite conhecer como o lucro foi destinado.
- Os fatos permutativos são aqueles que não alteram o Patrimônio Líquido, alterando apenas qualitativamente os valores dos bens e direitos.
- Os fatos mistos provocam alterações quantitativas no Ativo, no Passivo e no Patrimônio Líquido, simultaneamente.
- A "despesa com salários" provoca redução no valor do Patrimônio Líquido somente no momento em que os salários são pagos.

Assinale a alternativa que indica a sequência **correta** de cima para baixo.

- a.  V – V – F – F – V
- b.  V – F – V – F – F
- c.  V – F – F – V – F
- d.  F – F – V – V – F
- e.  F – F – F – V – V

---

**55.** A empresa Curitiba tem um Ativo Circulante de R\$ 7.200.000 (representado por aplicações financeiras, duplicatas a receber e dinheiro em espécie) e Passivo Circulante de R\$ 2.800.000 (representado por obrigações com terceiros de curto prazo), em 30 de dezembro de 2009.

Se no dia 31 de dezembro de 2009, fizer apenas uma aquisição de mercadorias, a prazo, no valor de R\$ 1.600.000, seu índice de Liquidez Seca será de:

- a.  1,3
- b.  1,6
- c.  2,0
- d.  3,1
- e.  3,6

## Concurso Público

**56.** Numa operação em que ocorre o aumento do valor do Patrimônio Líquido, ocasionado pela diminuição do valor do Passivo superior à diminuição do valor do Ativo, o fato contábil pertinente pode ser representado pelo(a):

- a. ( ) venda de um bem com lucro.
- b. ( ) colocação de debêntures abaixo do par.
- c. (X) pagamento de uma dívida com desconto.
- d. ( ) renovação de uma dívida com o banco com a incidência de juros.
- e. ( ) prescrição de uma dívida, sem qualquer contraprestação.

---

**57.** O Novo Código Civil que estabelece ao empresário e à sociedade empresária a obrigação de seguir um sistema de contabilidade com base na escrituração uniforme de seus Livros afirma também que o livro Diário é o mais importante, e por isso, está sujeito a certas formalidades quanto a sua apresentação e registros.

Identifique as formalidades intrínsecas:

- a. ( ) livro encadernado com costura, as páginas numeradas mecanicamente, devendo os lançamentos obedecerem a uma ordem cronológica e uniforme.
- b. ( ) deve possuir termos de abertura e de encerramento e a escrituração deve relatar fielmente o fato contábil ocorrido, sendo essa obrigatoriedade uma formalidade intrínseca.
- c. ( ) deve estar rubricado, em todas as páginas, pelo funcionário da Junta Comercial ou do Cartório com competência para este fim, e não pode conter nos registros rasuras, borrões ou emendas, sendo essa obrigatoriedade uma formalidade extrínseca.
- d. (X) não pode conter registro nas entrelinhas e nas margens, intervalos em branco, borrões, rasuras, emendas, e a escrituração deve seguir um método uniforme.
- e. ( ) deve conter a individualização e clareza dos lançamentos nele feitos, assim como estarem assinados os termos de abertura e de encerramento pelo comerciante ou seu procurador e pelo contabilista habilitado.

**58.** Analise as afirmativas abaixo e assinale com (V) as verdadeiras e (F) as falsas.

- ( ) Escrituração é a técnica contábil para registro dos fatos administrativos ocorridos em uma entidade.
- ( ) A função histórica do lançamento é registrar os fatos administrativos pelos valores respectivos, e a escrita fornece, a qualquer momento, uma visão estática do patrimônio com os saldos numéricos que estão registrados em cada conta.
- ( ) O método das partidas dobradas pressupõe que, no registro dos fatos administrativos, a cada débito, em uma ou mais contas, de determinado valor, corresponderá um crédito de igual valor, em uma ou mais contas.
- ( ) Chamam-se fórmulas de escrituração as diversas maneiras de utilizar o lançamento e/ou "partida", de acordo com os fatos ocorridos e para o registro dos mesmos. As fórmulas dividem-se em: primeira, segunda e terceira fórmula.
- ( ) Nos lançamentos e/ou partidas de terceira fórmula encontra-se uma única conta devedora em contrapartida com diversas contas credoras.

Assinale a alternativa que indica a sequência **correta** de cima para baixo.

- a. ( ) V – V – F – F – V
- b. (X) V – F – V – F – F
- c. ( ) V – F – F – F – V
- d. ( ) F – F – V – V – F
- e. ( ) F – F – V – F – V

**59.** Analise as afirmativas abaixo

1. Num dado momento, o valor do Patrimônio Líquido pode aumentar e/ou diminuir sem que, neste mesmo momento, ocorra qualquer aumento e/ou redução no valor do Ativo e/ou no valor do Passivo.
2. Pode estar sendo incorrida uma despesa neste momento sem que, neste mesmo momento, esteja ocorrendo um pagamento e sem que, neste mesmo momento, estejam aumentando as obrigações (dívidas) da empresa.
3. Toda redução no valor do Patrimônio Líquido decorre de uma despesa incorrida.
4. As aplicações de recursos podem ter valor inferior ao valor dos capitais de terceiros.
5. Quando o valor do Passivo (obrigações/dívidas da entidade) for inferior ao valor do Ativo, a equação básica da Contabilidade deve ser expressa da seguinte forma: "Ativo + Patrimônio Líquido = Passivo".

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas **verdadeiras**.

- a. ( ) É verdadeira apenas a afirmativa 3.
- b. ( ) São verdadeiras apenas as afirmativas 1 e 4.
- c. (X) São verdadeiras apenas as afirmativas 2 e 4.
- d. ( ) São verdadeiras apenas as afirmativas 2 e 5.
- e. ( ) São verdadeiras apenas as afirmativas 2, 3 e 4.

**60.** Analise as afirmativas abaixo e assinale com (V) as verdadeiras e (F) as falsas.

- ( ) Custo dos Produtos Vendidos é a soma dos custos incorridos na fabricação dos bens que estão sendo vendidos.
- ( ) Custo de Produção do Período é a soma dos gastos incorridos na empresa durante um determinado período.
- ( ) Custo Direto é aquele que pode ser medido (identificado) objetivamente com o produto.
- ( ) Custo da Produção Acabada é a soma dos custos incorridos no período dentro da fábrica.
- ( ) Custo Fixo não depende do volume de produção.

Assinale a alternativa que indica a sequência **correta** de cima para baixo.

- a. (X) V – F – V – F – V
- b. ( ) V – F – F – V – V
- c. ( ) V – V – F – V – F
- d. ( ) F – V – F – F – V
- e. ( ) F – V – V – F – V

**Página  
em Branco.  
(rascunho)**

**Página  
em Branco.  
(rascunho)**

**Página  
em Branco.  
(rascunho)**





**FEPESE • Fundação de Estudos e  
Pesquisas Sócio-Econômicos**  
Campus Universitário • UFSC  
88040-900 • Florianópolis • SC  
Fone/Fax: (48) 3953-1000  
<http://www.fepese.ufsc.br>